

Crescimento, guerra, meio ambiente e imperialismo: contradições capitalistas do século 21

Luciano Vasapollo

Professor da Universidade de Roma “La Sapienza” e diretor científico do Centro Studi Trasformazioni Economico-Sociale (Cestes) e da revista *Proteo*

Publicado com a permissão do autor.

Tradução de Maracajaro Mansor.

Crescimento, guerra, meio ambiente e imperialismo: contradições capitalistas do século 21

Resumo: Este artigo discute os principais problemas enfrentados pelo capitalismo no início do século 21. A seção 1 do presente artigo esboça a situação econômica através de um olhar sobre os fundamentos macroeconômicos. A seção 2 introduz as características do keynesianismo de guerra que os países ocidentais têm perseguido consistentemente nas fases mais recentes da globalização neoliberal. A seção 3 introduz os problemas ambientais provocados pelo quadro esboçado até aqui. A seção 4 oferece uma discussão sobre os problemas teóricos associados ao imperativo do crescimento, com foco na insuficiência do para dar uma idéia do que a economia e a população estão fazendo, e examina indicadores alternativos. A seção 5 lida com as novas características do imperialismo resultante do cenário das tendências da globalização recente que vimos discutindo. A conclusão retomará o argumento em favor da necessidade de estabelecer uma colaboração internacional contra os desastres produzidos pelo capitalismo.

Palavras-chave: imperialismo, estado de bem-estar, ecologia

Growth, war, environment and imperialism: capitalistic contradictions in the 21th century

Abstract: This article debates the main problems faced by capitalism in the beginning of the XXI century. Section 1 of this paper outlines the economic situation by means of an overview of the macroeconomic foundations. Section 2 presents the characteristics of war Keynesianism, which the Western countries have been consistently pursuing in the more recent phases of neoliberal globalization. Section 3 presents the environmental problems caused by the framework outlined until now. Section 4 provides a debate about the theoretical problems associated with the imperative of growth, focusing in the fact that the GDP does not suffice to give us an idea about the economy and the population are actually doing, and analyzes alternative indicators. Section 5 deals with the new characteristics of imperialism arising from the scenery of tendencies of the recent globalization which we have debated. The conclusion will resume the ideas in favor of the need of establishing an international cooperation against the disasters produced by capitalism.

Keywords: imperialism, welfare state, ecology

A “estabilidade” política e econômica imposta pela expansão do mundo capitalista está em constante necessidade de novas áreas de intervenção. De fato o capital internacional precisa renovar seus investimentos produtivos, o que tem ocorrido cada vez mais por intermédio do gasto público de características fortemente militares. A divisão do mundo em áreas de dominação pelos principais pólos econômicos e políticos imperialistas (os Estados Unidos, a União Européia, Japão e pólo asiático), com seus conflitos contínuos e o medo “do outro”, contribuem para a continuação potencialmente ilimitada deste tipo de procedimento.

Isso nos leva a considerar quatro tipos principais de problemas: o estrondoso e imperativo crescimento do *mainstream* na teoria econômica e das práticas capitalistas, com seus indicadores dúbios (principalmente o Produto Interno Bruto – PIB); a importância da guerra para manter toda a máquina de acumulação capitalista atual em operação; os problemas causados ao meio ambiente pelas atividades capitalistas, cuja solução não pode mais nos escapar; e, por último, mas não menos importante, o papel do imperialismo e das novas formas de colonialismo que estamos vivenciando.

A União Européia se depara, por um lado, com a reestruturação geopolítica e geoeconômica do Centro e do Leste Europeu que teve início com a queda do modelo político e econômico criado a partir da Segunda Guerra Mundial, e, por outro lado, pela criação do euro. Este último não é só um meio de proteger o mercado unificado que está sendo organizado no interior da União Européia, mas é também um meio de solucionar rivalidades internacionais de poder. Somente

deste modo poderemos entender porque os promotores da unificação européia têm sempre insistido na integração monetária.

O quadro que defrontamos é complexo. As políticas econômicas futuras não apenas constituem um perigo iminente (mais ou menos previsível) como permanecem neoliberais mesmo quando temperadas por um keynesianismo militar com objetivo de sustentar a demanda agregada e os gastos públicos ligados ao setor de defesa, em detrimento dos gastos sociais. Também o comportamento futuro das mudanças monetárias, em particular entre o dólar e o euro que influenciam a competitividade relativa, é difícil de antever.

Neste contexto de crise internacional, segue o processo de financeirização com seus resultados controversos que são, em sua maioria, prejudiciais para as economias reais. As repetidas crises financeiras que caracterizam os últimos 20 anos (crise asiática, crise sul-americana, etc.) revelaram a vulnerabilidade, acentuada ainda mais pela unificação internacional, do mercado de capitais.

Neste momento, a impressão é de que grandes áreas estão saindo de um período de estagnação (em alguns casos de uma verdadeira recessão) com diferentes velocidades. A recuperação cíclica da economia internacional que começou nos Estados Unidos na primavera de 2003 proporcionada pela economia de guerra e pelo aprimoramento das economias da Ásia, se espalhou em 2004 por todas as áreas internacionais, ainda que com diferentes intensidades. Seria interessante investigar as razões destas diferentes “velocidades” econômicas das maiores áreas econômicas e também as perspectivas de evolução no curto prazo.

Durante os últimos meses de 2004 e os primeiros de 2005 a economia mundial continuou crescendo a velocidades relativamente positivas. Mesmo que as ações de estímulo das políticas econômicas diminuam, o crescimento mundial continua sobre o suporte das condições típicas da economia de guerra liderada pelos Estados Unidos. Apesar disso, a atividade econômica dos Estados Unidos desacelerou em 2004. Certamente sob a influência negativa do comér-

cio exterior, que compensou parcialmente a tendência negativa de financiamento privado do consumo através de forte endividamento interno e dos investimentos das empresas em tecnologia, equipamento e software, que estão diretamente ligados ao setor de guerra.

Os fatos acima contribuem para uma deterioração das condições das classes trabalhadoras em todo o mundo, agravadas pelas guerras que o novo padrão de desenvolvimento capitalista necessita. Aqui está colocada mais do que uma chance para uma renovada solidariedade internacional das classes que enfrentam a pior parte da insensatez capitalista. Esta necessidade internacionalista está entrelaçada, e por isso é mais forte, com o caráter global dos problemas ambientais que ameaçam todo o destino do planeta Terra. Esta é uma perspectiva assombrosa, que deveria nos estimular a tomar ações imediatas por paz, democracia e igualdade.

1. A Situação Econômica Geral

Em nível mundial, a elevada taxa de crescimento da economia global registrada em 2004 deve-se em grande parte à elevação das taxas de crescimento das economias asiáticas. Nas economias asiáticas emergentes, de fato, a atividade produtiva cresceu a valores próximos de 8%, apesar de algumas economias, especializadas em produção de tecnologia avançada, terem apresentado diminuição no crescimento devido à contração de demanda.

Vejamos os indicadores principais da União Européia. Como nos últimos anos, também em 2004 as principais economias da área do euro enfrentaram variadas tendências. O número de novos empregos obteve taxas sustentáveis na Espanha (2,1%); decresceu na França (-0,4%); permaneceu estável na Alemanha, após queda em 2002 e 2003; na Itália subiu 0,7%. Em todo caso, a maioria dos novos empregos deve ser atribuída aos chamados postos “atípicos”, isto é, precários, de trabalho.

A taxa de desemprego, depurada dos fatores sazonais, após voltar a superar 8% em 2001 e 8,9% em 2003, permaneceu estável neste nível durante 2004 e no começo de 2005. No contexto de uma visível retomada da economia internacional, puxada pelos Estados Unidos e os países asiáticos emergentes (principalmente China), a Europa do euro é a única grande área econômica com crescimento reduzido. Se considerarmos seus quatro principais países, veremos um comportamento padrão: permanecem muitas dúvidas, de fato, quanto à solidez da Alemanha e da Itália, enquanto as economias francesa e espanhola possuem seus fundamentos macroeconômicos em melhores condições. A forte taxa de câmbio, por um lado, contribui para conter a dinâmica de preços na Europa, enquanto, por outro lado, comprime o crescimento das exportações.

O desenvolvimento da economia mundial registrou uma recuperação mínima na área do euro, trazendo o PIB (a preços constantes) de 0,9% em 2002 para 1,8% em 2004. Na região do euro o crescimento do PIB em 2005 se reduziu, atingindo somente 1,3%. A introdução da moeda comum causou grandes incertezas entre os operadores, nas famílias e nas firmas, e o crescimento da inflação percebida iniciado com a introdução do euro ainda não se encerrou. Devemos acrescentar a isso o fato de que o baixo nível da taxa de juros não tem provocado investimentos das firmas, mas apenas reestruturações internas. Também na Europa o fenômeno dos empréstimos bancários para as famílias está crescendo.

A hipótese do euro, entretanto, continua ganhando força e aparecendo como um instrumento de guerra comercial. Por isso os Estados Unidos fazem tudo que podem para tentar sufocá-lo, com objetivo de prevenir o sucesso europeu como uma superpotência concorrente. Os Estados Unidos, em outras palavras, temem um sistema monetário destinado a favorecer as exportações européias e, com o tempo, fragilizar o papel do dólar como reserva monetária mundial.

O crescimento na área do euro está sendo sustentado pela expansão do comércio mundial e pela estabilização da taxa de câmbio real. As principais economias, entretanto, estão caracterizadas por diferentes desenvolvimentos. Na Alemanha a atividade está sendo puxada pelas exportações, o consumo está estagnado, o investimento está contraído. Na França e na Espanha a demanda doméstica continua em expansão, compensando a tendência, em geral negativa, dos câmbios externos.

Na área do euro o crescimento mostrou sinais de fraqueza na segunda metade de 2004 devido ao freio no comércio exterior. Como um todo, o Produto Nacional Bruto (PNB) cresceu 1,8% apesar da Alemanha e a Itália continuarem a mostrar baixo crescimento *vis-à-vis* os demais países da área, como a Espanha que continua em sua trajetória sustentada de crescimento, e a França que a segue parcialmente.

O baixo crescimento do PIB é fortemente influenciado pelo comércio exterior e o crescimento limitado do consumo das famílias, apesar das exportações apresentarem uma trajetória sustentável de expansão (6%), com aceleração simultânea das importações, em parte por causa da apreciação do euro, que eliminou a contribuição da demanda exterior líquida para o crescimento da produção.

Em 2004 e no começo de 2005 o crescimento do emprego na área do euro segue muito limitado, como em 2003. No terceiro trimestre de 2004 a economia francesa desacelerou, assim como a economia alemã; a Espanha, por sua vez, assistiu uma tendência ainda mais ativa da economia. A desaceleração da atividade econômica continuou também em 2005. A Alemanha passou de 1,6% em 2004 para 0,9% em 2005; na França o crescimento do PNB foi de 1,4% e na Espanha 3,4%. O Banco Central Europeu afirma que a inflação total permaneceu em torno de 2,1%, em parte por causa da continuidade do crescimento dos preços do petróleo em 2004.

O crescimento dos salários foi muito baixo em 2004, até porque o crescimento do emprego foi muito baixo também. O de-

semprego está próximo de 9% (8,8%). Ocorreu uma redução nos empregos da indústria e um acréscimo no setor de serviços; a maior parte destes últimos em postos temporários e atípicos de emprego. No último trimestre de 2004 a desaceleração da atividade econômica no Estados Unidos foi notável, mesmo com o PIB estadunidense crescendo 4,4% em termos reais, indubitavelmente por causa do suporte público para a demanda proporcionado pela indústria de guerra e as atividades industriais de tecnologia avançada relacionados à economia de guerra. Em 2005 defrontamos forte desaceleração, principalmente por causa do acréscimo no preço do petróleo. Nos Estados Unidos o crescimento do PIB, que tinha alcançado 4,2% em 2004, caiu na primeira metade de 2005 para 3,6%.

As famílias estadunidenses, encorajadas pelas condições favoráveis de financiamento, incorreram em situações de dívidas cada vez mais elevadas. Se essa situação continuar por muito tempo, certamente enfraquecerá a solidez financeira dos Estados Unidos. A dívida total estadunidense (isto é a dívida da administração pública, das pessoas e das firmas) superou o patamar dos 35 trilhões de dólares. A atividade produtiva cresceu, em 2005, em 3,5%, e continuou a se sustentar graças à forte expansão do consumo (muito mais elevado do que a renda disponível). A economia estadunidense está em uma fase de moderada desaceleração, apesar de não podermos excluir o risco de parada repentina, não apenas por causa de desastres naturais que ocorreram recentemente (furacões, etc.), mas também pelo profundo desequilíbrio que caracteriza a economia estadunidense (por exemplo, a baixíssima propensão a poupar e a elevadíssima recorrência ao endividamento).

Agora algumas palavras sobre a Itália. Se analisarmos os anos de 2000 até 2004, veremos que o PIB italiano cresceu em média menos que 1%. Em 2004 o PIB cresceu 1,1% (estava previsto um crescimento de 1,4%). Em 2005 houve crescimento zero e em 2006 a economia italiana deve crescer apenas 1,3%, voltando aos valores

de 2004. Esta fase de estagnação é explicada por um conjunto de fatores negativos, desde uma persistente fraqueza da demanda doméstica por causa da compressão direta e indireta dos salários, até as dificuldades para exportar produzidas pela taxa de câmbio e a crise de importantes mercados internacionais. Na Itália a tendência à estagnação teve no decréscimo do poder de compra dos salários a mais importante contribuição negativa para o crescimento, com a compressão da renda disponível das famílias, o poder de compra com crescimento zero por causa da moderação salarial, uma inflação significativa e uma alta pressão fiscal, que têm determinado uma contração do consumo privado.

Nesse país, em 2004, as exportações cresceram apenas 3,2%, a produção industrial decresceu 0,4%, elevando o diferencial entre a Itália e as outras principais economias da área do euro. No fim de 2004 sua produção industrial estava 5% mais baixa comparada ao nível médio de 2000, enquanto na França e na Alemanha estava 2 pontos acima. A economia italiana continua mostrando fraqueza na produção com elevado conteúdo de alta inovação tecnológica, enquanto a demanda internacional cresce exatamente neste setor. A crise industrial desse país afeta também os setores clássicos, como o têxtil, de moda, de couro e calçados, que enfrentam contração constante desde o ano 2000. Como um todo, a Itália apresentou mudança na fração do emprego temporário de 5,2% em 1995 para 8,5% em 2004. Nos primeiros meses de 2005 o setor industrial mostra uma tendência negativa. Ao mesmo tempo em que o consumo das famílias segue lento, também porque a renda disponível a preços constantes cresceu apenas 1,5%.

A crise de consumo também é causada pelo fato do salário unitário ter crescido somente 3% em termos normais em 2004, com uma pequena expansão no número de trabalhos dependentes a despeito da difusão do uso de trabalho precário, enquanto a renda do trabalho autônomo continua crescendo em uma trajetória sustentada. De novo, em 2005 tanto o emprego como a relação dívida

pública/PIB diminuíram. O mercado de trabalho refletiu a crise das atividades produtivas. O emprego decresceu em -0,4% mesmo com o acréscimo no número de empregadores (+0,2%). Isso é explicado pelo crescimento das posições de trabalho provisórias, intermitentes, precárias.

Junto com o decréscimo das pessoas empregadas nas indústrias em sentido estrito (-1,6%) e na agricultura (-8,0%), tomou lugar um aumento limitado nos serviços e um crescimento maior na construção civil (respectivamente +0,3% e +2,3%), ainda que sejam empregos mais temporários, sazonais e precários de todo tipo. O ano de 2005 testemunhou um alargamento das diferenças na evolução do emprego em diferentes áreas do país com respeito a outros anos. Enquanto o número de empregadores cresceu no Norte (+1,2%) e no Centro (0,8%), houve decréscimo no Sul (-0,3%).

Também quanto ao tipo de emprego, foi registrado o desenvolvimento de posições de trabalho mais estáveis e relevantes no Norte (+2,8%) e no Centro (+2,5%) contra os +0,5% do Sul. O crescimento concentrou-se principalmente no setor terciário. O forte crescimento do trabalho temporário alcançou 12,3% em 2005. Empregos de meio expediente também cresceram 1,9% com respeito a 2004. Quanto à taxa de desemprego, em 2005 foi registrado 7,7%, comparável aos 8% de 2004.

Ano passado a dívida das famílias cresceu consistentemente: 30% do PIB em 2005 contra 18% e 1996. Estes valores elevados devem ser atribuídos principalmente aos investimentos financiados para a compra de casas. Estes dados são alarmantes mesmo sendo mais baixos que os registrados na área do euro (56%) e nos Estados Unidos (90%). Os gastos sociais na Itália são mais baixos do que a média dos países da União Européia, apesar da Itália possuir elevado número de idosos e ter baixa natalidade. A porcentagem dos gastos com saúde, prevenção, proteção social e educação com relação ao PIB era de 30% em 2004. Na Europa ela varia entre os 20,7% da Irlanda e os 38,7% da Suécia.

Entre os países asiáticos, a China se sobressai. O ano de 2004 confirma o padrão positivo dos anos precedentes, principalmente por causa do forte crescimento nos investimentos, uma boa demanda doméstica e uma demanda externa sustentável. Em 2004 o PIB chinês alcançou a taxa de crescimento de 9,5%. Tal crescimento está sendo mantido no primeiro semestre de 2005. Apesar do elevado nível de crescimento registrado nos últimos dez anos, o número de chineses em situação de pobreza permanece elevado (cerca de 150 milhões de pessoas), porque a distribuição da renda e a possibilidade de acesso a serviços essenciais como educação, saúde e transportes permanece muito diferente entre o interior e as cidades. Com o intuito de melhorar esta situação, o plano quinquenal 2006-2010 devota uma atenção particular para a elevação dos gastos públicos.

A Índia também tem mostrado um notável desenvolvimento econômico. Em 2003-2004 o crescimento alcançou 8,5% tanto por causa do crescimento no setor agrícola quanto no setor de serviços, que alcançou 50% do PNB. Mesmo tendo alcançado um aprimoramento em comparação aos anos 1990, quando cerca de 320 milhões de pessoas (36% da população total) viviam abaixo da linha da pobreza, continuamos a ter uma séria pobreza (25% da população, cerca de 270 milhões de pessoas, continuam abaixo do nível da linha de pobreza). Deve-se acrescentar a isso a taxa de analfabetismo que é muito elevada, especialmente entre as mulheres e habitantes das áreas rurais.

No Japão, a recuperação econômica foi muito lenta em 2004, no contexto de uma moderada e persistente pressão deflacionária, com redução dos estoques no setor manufatureiro, e em particular no setor de computadores. A economia japonesa continua atravessando um período de fragilidade, com o PIB que sofreu um decréscimo de 0,1% no último trimestre de 2004 por causa de uma contribuição negativa do consumo privado e da exportação líquida. Mas a boa performance dos trimestres anteriores permitiu que

o PIB anual apresentasse crescimento de 2,3% em 2004. No começo de 2005 a atividade econômica permaneceu frágil. Permanece, de todo modo, uma profunda fragilidade do sistema econômico, o que está estreitamente ligado à demanda externa, e, por isso, sujeita à flexibilidade dos câmbios. No começo de 2005 o crescimento atingiu 2,6% por causa de uma retomada nas exportações de bens de alta tecnologia e pela depreciação do yen.

A América Latina assistiu, em 2004, ao melhoramento da economia causado pelo fluxo positivo nas exportações e a positiva demanda doméstica, principalmente no Brasil e no México. A inflação esta sendo contida com o objetivo de melhorar os orçamentos públicos. O consumo das famílias cresceu cerca de 1,3%, registrando decréscimo comparado com 2004, e também a balança comercial tem piorado, mudando de um saldo positivo de 45,6 bilhões de euros em 2004 para o vermelho de 29 bilhões de euros.

2. A relevância do keynesianismo de guerra

A produção capitalista não cumpriu a promessa de prosperidade e desenvolvimento para a vasta maioria da população mundial. A tão falada globalização, que representa a presente fase neoliberal da expansão capitalista mundial, e que deveria ter levado todas as pessoas do local ao global, o livre comércio que deveria ter libertado de todos os laços os mercados locais e nacionais, impulsionado-os em direção a uma dimensão internacional, na prática, provocou um rápido e ainda mais sério crescimento da pobreza e do diferencial entre os que têm e os que não têm.

O conceito de desenvolvimento ilimitado, a eliminação de qualquer margem, são apenas justificativas para a apropriação injusta que as sociedades desenvolvidas impõem para as fracas sociedades. Isto não é nada além do velho imperialismo colonial, e isso signi-

fica guerra. A União Européia se coloca inteiramente dentro deste tipo de lógica.

A realidade que nos cerca atualmente é caracterizada por um número de confrontos políticos e econômicos ocultos atrás de motivos étnicos e religiosos, apesar da tão falada equidade que a globalização deveria ter originado, e que na prática reproduz a partição do mundo entre os maiores e mais fortes países capitalistas, no interior da presente estrutura de competição global entre os pólos imperialistas.

A completa ausência de valores de justiça social tem determinado o fato que ninguém mais se preocupa com as condições de vida das populações, enquanto o capital, com objetivo de realizar lucros, deve acumular e expandir-se, e, para fazer isso, é necessário produzir e vender novos itens o tempo todo. Neste sentido, o capital procura reduzir a propriedade à menor quantidade possível, alugando tudo que é passível de locação (de máquinas a plantas, até trabalho humano) com o objetivo de reunir a quantidade máxima de capital monetário para investir no mercado financeiro.

A internacionalização dos investimentos, o que representa uma verdadeira financeirização da economia, gerou um verdadeiro processo de concentração dos monopólios. A transnacionalidade das firmas facilita o uso de trabalhadores estrangeiros, a possibilidade de demitir trabalhadores e de atacar os custos do trabalho e a quase inexistente redistribuição de renda. O fordismo foi facilmente substituído pelo pós-fordismo, e também o keynesianismo foi modificado, se tornando cada vez mais militar, um keynesianismo de guerra. A principal consequência deste desenvolvimento é um crescimento econômico que traz em seu percalço acumulação de capital, competição selvagem, crescimento irrestrito das desigualdades e exploração irrestrita dos recursos naturais.

A economia capitalista de fato reflete a lógica de colonização e mercantilização de todas as relações humanas. O mercado e suas regras penetram e englobam todos os espaços e bens comuns:

A ofensiva liberal já foi muito longe e já modificou seus objetivos: o que está em jogo é a propriedade de toda a esfera biológica, de completamente tudo que existe. Todas as coisas vivas ou mortas, inteiras ou desarticuladas até cada gene singular; material ou virtual, como os programas que fazem um computador funcionar ou as características da psique humana... devem ser individualizadas, caracterizadas, classificadas, mapeadas, manipuladas e patenteadas. Todos os bens ou serviços naturais, comunais, cívicos, familiares e sociais... que evitem o processo de apropriação e privatização constituem uma séria obstrução para a difusão e funcionalidade do sistema de mercado. E devem ser desmantelados. (Carta, 2005, p. 39-40).

Tudo isso é classificado como um processo de modificação necessário ao desenvolvimento, isto é, voltado para o bem comum. De fato o processo de financeirização das economias permite que os países imperialistas se apropriem de parcelas crescentes da mais valia, e que submetam à sua lógica econômica e política o mundo inteiro, toda a sociabilidade. Os lucros obtidos com a produção, comercialização e consumo de bens e comercialização de serviços não encontram mais usos em investimento rentáveis, capazes de elevar a produção e propiciar emprego. Todo ano, de fato, os movimentos internacionais de capital são trinta vezes mais elevados que o valor do comércio internacional. O crescimento dos juros e dos lucros tem tido como consequência a redução direta e indireta dos salários. Isso tem elevado o diferencial entre as classes sociais, aumentando a concentração de riqueza em poucas mãos.

A financeirização da economia é, portanto, uma das causas principais do estado crítico da economia mundial. Mais precisamente, ela constitui uma opção realizada pelo capital internacional para tentar superar a crise estrutural da acumulação que o vem sufocando nos últimos 30 anos. O processo de financeirização da economia gera uma riqueza fictícia, desligada do trabalho e da re-

distribuição da riqueza. Até agora o desenvolvimento da riqueza financeira sem aplicação real de trabalho parece incontrolável.

Isso tem provocado uma queda na demanda agregada. A produção precisa de socorro público, ou o capital continuará migrando para a especulação financeira. Como a intervenção direta do estado é um anátema, apenas um caminho permanece aberto: o de sustentar uma demanda de guerra. O que é muitíssimo favorecido pela situação internacional que acabamos de mencionar, que oferece infinitas possibilidades para a guerra.

Com intuito de manter a situação de dominação internacional pelos países imperialistas e sustentar a demanda, as guerras e intervenções militares são cada vez mais praticadas, justificadas em nome da batalha contra o terrorismo, contra o tráfico de drogas, e para controlar os estados não alinhados, isto é, todos aqueles países que não se dispõem, e não são compatíveis, com a lógica imperialista.

Por isso, nos últimos anos têm ocorrido algumas “guerras humanitárias”, guerras contra o terrorismo e fenômenos similares. Elas são, de fato, guerras por petróleo, diamantes, cromo, urânio, em outras palavras, guerras pelo controle dos recursos materiais e humanos, na moderna divisão do trabalho imposta pelo expansionismo imperialista. São também guerras com objetivo de praticar um verdadeiro “keynesianismo de guerra” disfarçado de política internacional.

A economia de guerra serve para inverter a séria crise atual da acumulação, que está se tornando uma verdadeira recessão. Por isso é importante estimular a demanda e o investimento, concentrando naqueles investimentos que são mais diretamente militares (inteligência, segurança, e afins). No caso de que o estímulo da demanda por meio do keynesismo de guerra leve à elevação dos preços, isto é, para uma situação de inflação, a única solução para limitar preços será o desenvolvimento de uma capacidade produtiva ociosa. Isso significaria elevação da produtividade e flexibilização do trabalho,

precarização do emprego e dos salários, e redução de custos, mas acima de tudo redução dos custos de trabalho. O estado de guerra – *warfare* – foi lançado para demolir o bem estar – *welfare*.

Esta forma de keynesianismo para a guerra pós-global permanente irá obviamente levar à elevação dos gastos militares públicos, forte redução dos gastos públicos com características sociais (pensões, saúde, salários diretos, indiretos e postergados). A oposição entre gastos públicos militares e gastos sociais é uma variação do keynesismo clássico que não está mais ligado ao modelo taylorista-fordista, isto é, ao *boom* econômico. Não é mais um modelo keynesiano com uma dimensão social usado como pára-choque para limitar a tendência conflituosa da classe trabalhadora. Tal keynesismo militar cria conflitos e guerras, destrói homens e coisas, de modo a permitir ao capitalismo a superação da crise, e de reafirmar as metas hegemônicas que estão em jogo nos conflitos entre os maiores blocos geoeconômicos imperialistas.

A União Européia participa completamente desta nova fase do desenvolvimento capitalista, e com grande determinação. Ela já escolheu as formas de ação e as áreas do mundo nas quais pode conduzir suas operações (ver ARRIOLA e VASAPOLLO, 2004).

3. Os problemas com o meio ambiente

Após a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, as grandes potências econômicas – e a União Européia é uma das duas mais importantes – impuseram primeiro uma globalização unipolar, e depois uma competição global. Isso, ao definir os ditames da economia imperialista, realizou uma aceleração da exploração da natureza e do trabalho, elevando tremendamente as alterações causadas pelo selvagem e ilimitado desenvolvimento quantitativo exclusivamente direcionado ao lucro do capital internacional. O progresso técnico que explora sem arrependimentos

ar, água, animais, florestas, etc. também destrói ar, água, e põe em risco a sobrevivência de toda a humanidade.

O crescimento da população, com a conseqüente elevação da necessidade de bens, e de uma tecnologia ainda mais invasiva, tem provocado uma superexploração da natureza. O uso de pesticidas, de detergentes e do plástico, que foram comemorados com entusiasmo nos primeiros anos após suas descobertas, tem realmente provocado danos irreversíveis ao meio ambiente. Uma pessoa em um país desenvolvido polui de dez a cem vezes mais que uma pessoa dos países pobres. A exploração, privatização e mercantilização dos recursos naturais trazem como conseqüência uma polarização crescente da renda. Os ricos tendem a ficar mais ricos, e os pobres mais pobres. O reconhecimento dos danos ambientais causados pela produção industrial só ocorreu recentemente. Estamos apenas começando a entender que exploração desregulada da natureza inevitavelmente trará conseqüências desastrosas que farão toda a humanidade vítima dessa degradação.

Para tentar colocar um freio, por exemplo, nas mudanças climáticas produzidas por estas modificações, uma limitação ao consumo de energia e mercadorias é necessária. Se tal limite ao consumo é inaceitável para o consumidor do chamado Primeiro Mundo, ele é ainda mais inaceitável para aqueles (mais de 4,5 bilhões de pessoas) dos países pobres do Sul que necessitam consumir – justamente – pelo menos o mínimo que é necessário para viver decentemente.

Nos países desenvolvidos, em que vivem cerca de 1,5 bilhões de pessoas, as necessidades primárias e secundárias são quase sempre satisfeitas, e a exploração dos recursos naturais produz sérios danos. O que aconteceria se as 4,5 bilhões de pessoas que vivem no Sul do mundo comessem a ter, em sua justa proporção, os bens necessários para suas necessidades? O WWF estimou que a área bioprodutiva necessária para cada pessoa é de 1,8 hectares; para um cidadão dos Estados Unidos é de 9,6 hectares; e para um cidadão europeu, 4,5 hectares. Segundo Nebbia:

Como não é possível retirar sem limites de um reservatório cuja capacidade é limitada, assim é a Terra, a posse de altas quantidades de bens materiais, mercadorias e máquinas levam a pauperização e poluição dos recursos naturais, o que é subtrair dos outros, seres humanos contemporâneos e futuras gerações, água limpa, ar fresco, áreas verdes, as condições que são indispensáveis para o desenvolvimento físico, psicológico e moral, que são toda a base do progresso humano, incluindo a própria vida (NEBBIA, 2002, p. 106).

Há ainda mais um aspecto que devemos considerar. O possível decréscimo na exploração dos recursos naturais determinaria também um agravo da injustiça com os pobres do mundo, na medida em que eles seriam os primeiros a sofrer as conseqüências da redução do consumo. O que aconteceria se realizássemos hoje uma imediata e considerável redução na produção daquelas mercadorias que, ainda que passíveis de serem consideradas supérfluas por diversos motivos, garantem a milhões de trabalhadores a possibilidade de ganhar a vida?

Para permitir um mínimo de justiça distributiva, deveríamos dar prioridade para todos os setores industriais que garantem disponibilidade de bens para aqueles que carecem de muitos bens. Isso implica, necessariamente, numa redução do consumo dos países ricos em favor dos bens necessitados pelos países pobres. Nos últimos anos a produção ininterrupta de mercadorias tem sempre sido considerada como um fator positivo e o crescimento tem sido considerado um indicador válido para medir o bem estar nacional e social. Agora, entretanto, estamos começando a entender que o crescimento incondicional de mercadorias em áreas que já estão carregadas pode comprometer negativamente tanto o meio ambiente quanto a possibilidade de produzir no futuro.

Com a globalização neoliberal todo o conceito de desenvolvimento está mudado. A idéia também mudou, o crescimento está destinado a ser compartilhado entre os países do Norte, enquanto

o Sul tem que aproveitar o que cai da mesa dos ricos. A idéia de que o progresso científico e tecnológico serve para aprimorar as condições de vida dos países pobres se confronta com a realidade de que as diferenças de riqueza entre as várias regiões do mundo têm se expandido.

O *World Report* de 2001 das Nações Unidas sobre os recursos humanos mostra que 86% do PIB mundial está nas mãos dos 20% mais ricos da população mundial, enquanto 1% deste PIB está nas mãos dos 20% mais pobres. A renda da população de 609 milhões de habitantes (os países menos desenvolvidos) é de 169 bilhões de dólares, e isso representa 15% da riqueza dos primeiros 200 milionários do mundo (LATOUCHE, 2005). As crescentes desigualdades entre o Norte e o Sul do mundo, o fim do estado de bem estar, o valor crescente das dívidas dos países do Sul para os países do Norte e a destruição dos recursos ambientais são apenas alguns dos danos provocados pela chamada globalização neoliberal.

A presente globalização neoliberal não é nada além da continuação no tempo do mito do desenvolvimento definido como um meio para permitir que toda a humanidade possa aproveitar uma vida própria e decente. Mas na realidade, o chamado “desenvolvimento verdadeiro” nunca teve lugar. Tivemos apenas um tipo de desenvolvimento ligado à história dos países ocidentais, que mercantilizou as relações entre a humanidade e a natureza para que muito poucas pessoas pudessem lucrar com isso.

Nos séculos passados tivemos três fases principais: a colonização dos países do Sul com o conseqüente nascimento dos impérios coloniais europeus; a fase de desenvolvimento que permitiu aos Estados Unidos se apropriar dos velhos mercados coloniais Europeus; e por último, a globalização é o verdadeiro nome da nova política hegemônica dos países ricos *vis-à-vis* os países pobres. “Desenvolvimento é a Ocidentalização do mundo” (LATOUCHE, 2005, p. 28). A globalização neoliberal e o desenvolvimento, de fato, não podem ser separados do sistema de produção capitalista. Desenvolvimento

não é nada mais do que a lógica dos países ocidentais de dominar o mundo através do mercado, tecnologia e ciência, ou seja, através modo capitalista de produção, baseado sempre e sob quaisquer circunstâncias na exploração.

Este sistema é, portanto, baseado por um lado na acumulação de riqueza e lucro por poucos, e por outro lado no crescimento incontrolado do diferencial entre ricos e pobres. Todas as coisas ficam, assim, subordinadas à lógica de elevação dos lucros. Homens, animais, sociedade, natureza, todas as coisas devem suportar as regras de desenvolvimento do modo capitalista de produção. Então,

para renovar o mercado, o sistema renova constantemente sua produção e suas técnicas de produção. Ao criar seu próprio mercado o capital criou suas próprias condições com o critério do lucro, aguardando pela próxima reviravolta. O acesso a tais “benefícios” toma lugar por meio de duras leis de competição entre eles. Este estado de coisas não pode, de forma alguma, combinar a sociedade de mercado com uma ética da divisão e da tolerância, e esta violência simbólica está no núcleo do capitalismo e de sua mundialização (ZAOVAL, 2005, p. 130-131).

Com objetivo de fortalecer este sistema, o capital criou algumas organizações que, se ouvíssemos aqueles que as inventaram, representam o pilar principal para o desenvolvimento de um mundo igual. Estamos falando da Organização Mundial do Comércio, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. O primeiro serve para acelerar o progresso econômico em direção à liberdade de trocas; o segundo para favorecer o movimento dos grandes fluxos de capitais; e o terceiro deveria ter servido para mudar diretamente o Terceiro Mundo, favorecendo o livre mercado e a integração do Terceiro Mundo na economia do planeta. Mas, de fato, estas organizações têm servido para o fortalecimento das posições de monopólio das maiores companhias Ocidentais (e especialmente dos Estados Unidos). As repetidas crises asiáticas e a continuação da falta de de-

envolvimento do Terceiro Mundo têm demonstrado a verdadeira face destas instituições que, servindo aos poderosos, não trouxe nenhum benefício para quem tem necessidade.

Para clarificar o que acabamos de dizer é suficiente citar o artigo do *American Treasury* do início dos anos 1980:

Os Estados Unidos cumpriram um papel instrumental na modelagem da estrutura e da missão do Banco Mundial seguindo uma linha orientada para o mercado e para o Ocidente (...) Como membro fundador e maior participante do Banco Mundial, os Estados Unidos asseguraram para eles mesmos o direito exclusivo de uma cadeira permanente no quadro administrativo do Banco (...) Washington fez obstruções à revisão dos quóruns de votação do FMI, expandindo enormemente o tempo de discussão.

Mas no fim, um acordo foi alcançado com os japoneses e os europeus. O poder de voto dos Estados Unidos foi reduzido para 19% mas a necessidade de uma “super maioria” para “decisões especiais” cresceu gradualmente para 85% (...) A OMC não opera através de votações, mas apenas por meio de acordos consensuais que, se verdadeiramente dita, é controlada por quatro nações, chamadas “as quatro”: Estados Unidos, Japão, a União Européia e Canadá. Estes quatro países devem acordar entre eles mesmos para tomar qualquer iniciativa relevante. Mas sem votar (BELLO, 2004, p. 91-92, 94-95, 97-98).

A OMC, criada em 1986 e disciplinada por meio de sucessivas negociações, fixa a livre troca como um direito das companhias de agirem da forma que elas querem sem obstruções dos governos locais, regulando as leis de emprego, meio ambiente, segurança e saúde. Isso é, em outras palavras, um jeito de conceder enorme liberdade para as firmas mesmo em detrimento dos governos, que se encontram com pouquíssimo escopo de ação. Esta é uma organização com uma “personalidade legal”, ou seja: com regras que amarram seus membros.

A OMC ampliou o diferencial entre os países ricos e os pobres, que estão cada vez mais controlados pela enorme vigilância de suas próprias dívidas para os países ricos. O crescimento contínuo da dívida dos países do Terceiro Mundo para as potências do Ocidente, de fato, impulsionou o Banco Mundial e o Fundo Monetário a iniciarem, como condições ou programas estruturais para estes países (para tomarem novos empréstimos ou postergarem pagamentos), mudanças completamente alinhadas com os programas do capital financeiro e com os objetivos das grandes empresas de reduzir seus custos.

Por meio de decréscimos dos gastos públicos, de salários, da exclusão de quaisquer obstáculos à intervenção do capital estrangeiro nos países endividados, da desvalorização das moedas locais e, finalmente, das grandes privatizações, os países do Terceiro Mundo se tornaram cada vez mais escravos do grande capital financeiro e do mercado selvagem.

Como já enfatizado, a especulação financeira é atualmente, de fato, o principal extrator de lucros, e a causa da desindustrialização, da elevada exploração, da redução de salários e das demissões.

A crescente difusão das emergências ambientais já trouxe à superfície os problemas ambientais. De fato, até quando será possível continuar explorando os recursos naturais, poluindo e provocando desastres naturais, mesmo que apenas para garantir ao mundo pobre sua sobrevivência?

A isto deve ser adicionado o considerável crescimento da população mundial que tomou lugar nas últimas décadas: em 1900 os habitantes da Terra eram 1,6 bilhões de pessoas; em 2000 eles alcançaram 6 bilhões. Todo ano a população mundial cresce em mais de 70 milhões de pessoas; é estimado que, em 2025 chegue a 7,5 bilhões.

Está claro que, quanto mais o número de pessoas cresce, mais se elevam os recursos utilizados para alimentá-las. Considerando que os recursos materiais da natureza não se elevam, pelo contrá-

rio, decrescem com o crescimento populacional, é lógico esperar que, no futuro, faltarão bens naturais tanto para os pobres quanto para os ricos.

O desenvolvimento deveria englobar três necessidades: crescimento, redução da pobreza e proteção ao ambiente natural. Mas a obtenção do crescimento é vista como necessária para obter outros objetivos. O crescimento sustenta a elevação das quantidades produzidas, mas para se fortalecer e continuar, ele deve vir acompanhado de alfabetização, aprimoramento da sanitização e das condições de vida.

É evidente que os países do Norte são desenvolvidos do ponto de vista da educação, acesso a tratamento de saúde, expectativa de vida, etc. Até agora, este desenvolvimento provocou muitos danos, especialmente por que o tipo de desenvolvimento que domina o mundo é o que se iniciou no Ocidente, e por isso é inclinado para a busca do lucro e para a acumulação de capital.

O desenvolvimento do século 20 deu lugar a vantagens exclusivas dos países ricos, estando ligado à acumulação capitalista. Daí que o conceito de desenvolvimento esteja ligado ao de crescimento, mesmo por que, com o objetivo de desenvolver os países pobres, o desenvolvimento ilimitado dos países ricos deveria ser renunciado.

O conceito de “desenvolvimento sustentável”, que significa aquele que satisfaça as necessidades sem comprometer os recursos naturais, se enfrenta com as leis do livre mercado, as leis do neoliberalismo. Toda a elevação do PIB implica, por exemplo, o crescimento da produção de mercadorias e a conseqüente elevação da poluição ambiental.

4. A pobreza do PIB como indicador

A idéia de que a elevação do PIB é uma coisa boa e a meta de persegui-lo em todos os países é parte do conceito neoliberal de mundo

globalizado, que possui, como valores essenciais, o mercado e a configuração capitalista do mundo. Concebido como um instrumento para medir a capacidade produtiva no período de guerra, o PIB se tornou com os anos uma espécie de sinalização do bem estar de uma nação: seu crescimento provoca aprovação, sua estagnação gera desemprego. Isso acontece por diferentes razões, algumas das quais poderiam mesmo ser separadas das que possuem consequência para o emprego.

O crescimento do PIB perseguido por todos os governos não é nada mais que uma “mentira estatística”, porque, apesar de tudo, o crescimento do PIB não representa um aprimoramento das condições de vida de todos os cidadãos de um país. O PIB é uma sinalização pela qual os países se comparam com os outros, mas devem ficar claro quais são os limites deste indicador. O PIB mede, antes de tudo, todas as atividades que contém transação monetária, negligenciando todas as demais. Por exemplo, se uma pessoa sofre um acidente de carro e está em sérias condições num hospital, você tem aí um crescimento do PIB. Economias de guerra e suas agressões, por si mesmas, sustentam a demanda e elevam o PIB.

Outra característica do PIB é que ele só leva em conta os danos e reparos ao meio ambiente para os quais o crescimento do PIB é um fator positivo, como por exemplo, a poluição ambiental e as sucessivas intervenções para eliminá-la. Aqueles que não poluem, e se comportam corretamente, trazem menos riqueza para seus países. Outro exemplo é a extração de minérios ou o corte de árvores, que produzem riqueza cujas perdas associadas para o meio ambiente não são contadas.¹

¹ Até mesmo Simon Kuznets, seu principal inventor, enfatizou diversas vezes o erro na fórmula direta “mais PIB = mais bem-estar”. Como o PIB se eleva toda vez que uma transação tem lugar na economia, inevitavelmente este crescimento tende a estar ligado a dispêndios que em alguns casos representam uma evidência de degeneração mais do que bem-estar, tais como, por exemplo, aqueles associados a desastres ecológicos, combate à criminalidade, divórcios. Os dispêndios realizados para limpar um derramamento de óleo, ou para a mobilização contra uma doença causada pela poluição, mesmo que façam o PIB crescer, são sintomas de danos ao meio ambiente e para a humanidade. Nesta frente é difícil defender o PIB. Um crescimento do dispêndio para Prozac, apesar de estimular o PIB, não implica uma felicidade mais intensa (ver DI GIULIO, 2004)

A obsessão pelo crescimento do PIB determina a consequência de que todas as produções, mesmo as mais perversas, são consideradas positivas. Por exemplo, o capital investido em uma firma poluidora eleva o PIB. Identicamente, o investimento em uma firma que age contra a poluição é considerado como agregação de valor enquanto, em vez disso, esta produção não eleva bem-estar (no máximo o preserva). É evidente que o PIB é um índice paradoxal que contabiliza tudo que expande o mercado.

Se calculássemos o PIB considerando os danos ecológicos concluiríamos que seu valor é expressivamente mais baixo em todos os países. É mera ilusão, portanto, pensar em um desenvolvimento que seja sustentável porque toda produção de mercadorias causa empobrecimento dos recursos naturais. Mas podemos pensar em um desenvolvimento baseado em fontes renováveis de energia como o Sol e similares.

Defrontados pelos mais sérios desastres ambientais tais como poluição dos rios, incêndios, etc., é lógico perguntar por que as tecnologias são usadas em detrimento dos interesses humanos e em favor do interesse econômico de alguns poucos. A crise ambiental de fato se origina substancialmente da apropriação dos recursos naturais pelos maiores oligopólios privados. Os protestos que começaram a tomar lugar nos anos 1960 mostraram que a organização capitalista só pode funcionar regularmente através da exploração da produção e das relações baseadas exclusivamente no lucro.

Também é verdade que os países mais pobres do mundo participaram dessa exploração dos recursos naturais do mundo, tanto por ignorância quanto por necessidade. As sociedades mais avançadas fizeram esta exploração, entretanto, muito mais rápida e sistematicamente.

Considerando que o PIB per capita, na forma como está estruturado, é um indicador muitíssimo limitado do desenvolvimento, alguns acadêmicos franceses inventaram um tipo diferente de PIB que, ao levar em conta outros fatores sociais como educação, saú-

de e nutrição, introduzem o desenvolvimento humano como um indicador para analisar a determinação do PIB (PNUD, 1992). O Índice de Desenvolvimento Humano deveria detectar a diferença entre as populações ricas e pobres. Isso, entretanto, ocorre como sempre nos limites dos cânones ocidentais da definição, isto é em um contexto que não considera as diferentes civilizações, hábitos e costumes, que criam mesmo necessidades diferentes. O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas define o desenvolvimento humano como um “processo de expansão das possibilidades humanas que permitem aos indivíduos aproveitarem uma vida longa e saudável, terem acesso à educação e possuírem acesso aos recursos necessários para um nível decente de vida”.

Os objetivos gerais do desenvolvimento humano a serem alcançados são: crescimento econômico para todos, e especialmente para as populações pobres; ampliação da educação, da educação básica, um aprimoramento da saúde humana e das condições ambientais. O Índice de Desenvolvimento Humano considera a renda individual, o nível de riqueza e de educação.² O *Human Development Report* de 2005 indica que este índice apresentou melhoras em todos os lugares nos anos recentes, com exceção dos países da África sub-Sahariana (especialmente por causa da AIDS) e do Leste

² O conceito de desenvolvimento humano foi elaborado no fim da década de 1980 pelo United Nations Development Programm (UNDP), para tentar ir além, e ampliar, o significado tradicional de desenvolvimento centrado somente sobre o crescimento econômico. O desenvolvimento concerne alguns aspectos fundamentais do desenvolvimento econômico e social: a promoção dos direitos humanos e o sustento de instituições locais com dedicação especial ao direito de uma vida em paz, a defesa do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável dos recursos, o desenvolvimento da riqueza e dos serviços sociais com atenção prioritária para os problemas mais comuns e para os grupos mais vulneráveis, o aprimoramento da educação da população, com especial dedicação para a educação básica, desenvolvimento econômico local, educação para alfabetização e desenvolvimento, participação democrática, igualdade das oportunidades de desenvolvimento e da inserção na vida social.

Europeu (devido a suas economias decadentes). Entre as regiões avançadas encontramos a Europa, os Estados Unidos e a Oceania.

O reconhecimento de que os indicadores monetários como o PIB não são capazes de monitorar a piora e o empobrecimento dos recursos sofre forte resistência. Pensou-se em corrigir o PIB criando um novo indicador: o PIB Verde. Ele levaria em conta a degradação ambiental através da monitoração dos custos, por exemplo, da introdução de exaustores catalíticos para carros, o custo de incineradores e coisas similares. O PIB Verde é um indicador que considera as conseqüências do desenvolvimento econômico para o meio ambiente. Mas tal indicador é muito difícil de calcular porque é praticamente impossível acessar o impacto das mudanças climáticas ou mudanças culturais, econômicas e científicas. Algumas vezes são utilizados indicadores físicos, por exemplo, o cálculo da emissão de CO₂ por ano, ou o “resíduo *per capita*”.

Outro exemplo é constituído pelo cálculo do Indicador de Progresso Genuíno (IPG), que mede o crescimento da qualidade de vida de uma nação. Aqui o problema é fazer distinção entre dispêndios positivos (aqueles para serviços ou bens) e dispêndios negativos (tais como os causados pela poluição, criminalidade e incidentes). Este indicador é diferente da mensuração clássica do PIB, que calcula todos os dispêndios como itens positivos. Especificamente, o IPG subtrai os custos ligados à poluição, divórcios, criminalidade e degradação ambiental, e acresce ao valor do PIB o valor do trabalho realizado por voluntários e daqueles realizados no interior da família. A distribuição de renda também é considerada: quanto maior a igualdade, mais elevado é o valor do IPG, quanto mais tempo livre está disponível, maior o IPG. Também é considerado o custo dos bens duráveis, de infraestrutura, etc. Desta forma o IPG é diferente do PIB no sentido de que nem toda transação monetária corresponde a acréscimo no bem-estar.

Mas estes indicadores não resolvem o problema. Eles simplesmente o desconsideram. O desconsideram porque os custos huma-

nos e monetários de hoje devem necessariamente ser pagos pelas gerações futuras. Eles também mudam espacialmente porque a idéia de que continuem existindo lugares no planeta onde podemos despejar todos os nossos problemas ambientais é uma ilusão.

Também deve ser dito que alguns países estão começando a mudar suas contas nacionais, comparando a contabilidade monetária tradicional com uma baseada no fluxo de materiais primários, os resíduos e os elementos poluentes. A eliminação dos resíduos é de fato outro problema muito importante. Muito embora os resíduos produzidos pelas várias atividades humanas já tenha sido absorvido de várias formas pela natureza, na água, no ar e no solo. A capacidade de absorção destes elementos, entretanto, não é infinita. A atmosfera, por exemplo, está modificando sua composição química por causa da sempre crescente emissão de CO₂ (cf. NEBBIA, 2002). Este fenômeno implica o crescimento da energia solar na atmosfera e modifica o clima terrestre.

Qualquer atividade produtiva ou de consumo envia gases poluentes para atmosfera que causam resíduos solúveis que são descarregados nas águas dos rios e dos oceanos. À poluição da água, devemos acrescentar a poluição dos solos. Parte destes resíduos é depositada e causa recontaminação da água (como no caso de resíduos radioativos). Em outras palavras, está muito claro que nosso sistema não pode continuar se reproduzindo através da exploração sem controle dos recursos naturais. A solução, entretanto, não pode ser um crescimento zero nem uma interrupção do desenvolvimento.

Considerando que a sobrevivência biológica da humanidade e sua sobrevivência social estão estreitamente ligadas, para permitir um equilíbrio e mesmo crescimento é necessário mudar o modo capitalista de produção e questionar a posição da economia em nossas vidas cotidianas, porque tal economia é guiada apenas pela busca irrestrita do lucro pelos capitalistas.

É certamente desejável a possibilidade de usar um indicador diferente do PIB, um indicador que não seja fundado apenas nas transações econômicas, mas que também considere outros aspectos. A elevação do PIB deveria se tornar apenas um aspecto do crescimento, numa situação em que as questões sociais e ambientais sejam consideradas

seria útil introduzir também indicadores não-monetários, capazes de enfatizar o que realmente é útil para o bem, para ter uma vida boa, para tirar tanto proveito quanto for possível dos bens da Terra. Uma utilização crítica e antagônica de tais indicadores é possível e pode ser útil para evidenciar os limites a partir dos quais a lógica de mercado se torna destrutiva da riqueza incorporada aos estoques naturais e daquela ofertada gratuitamente pelos serviços admitidos pelos processos vitais. Tais indicadores deveriam orientar a produtividade daquelas formas de aplicação da inteligência, de talentos ao lado da quantidade de trabalho humano aplicados para a criação de bens e serviços, não utilizados para a produção de mercadorias, mas para a auto-suficiência, para a troca igual, solidária, e social (CACCIARI, 2006, p. 76-77).

Com objetivo de realizar um tipo realmente igualitário de desenvolvimento para todos os países do mundo, muitas são as coisas que precisam ser feitas. Entre elas, sem dúvida, estão as seguintes:

1. Cessar as guerras e as economias de guerra.
2. Cancelar a dívida do Terceiro Mundo.
3. Diminuir a utilização ilimitada de petróleo.
4. Buscar uma melhora da renda *per capita* dos países do Sul através de produções qualitativas não-mercantis com forte conteúdo de compatibilidade, qualidade ambiental e solidariedade.
5. Diminuir, com objetivo de alcançar a eliminação em todo o mundo, a utilização de energia nuclear, tanto civil quanto militar.

A União Européia não mostrou nenhuma intenção de seguir em quaisquer destas direções.

Do modo que aparece hoje em dia, o desenvolvimento é apenas a expressão da civilização capitalista. Uma sociedade baseada no modo capitalista de produção só pode sobreviver dominando outras civilizações e explorando os recursos humanos e naturais do mundo. Mas as recorrentes crises econômicas dos anos recentes nos fizeram entender que é necessário diversificar a economia, porque a exploração operada pelo sistema de produção capitalista, sempre buscando o lucro, gerou desigualdade não apenas nos países pobres do mundo, mas também nos países muito ricos. Cada vez mais os desastres ambientais que afetam nosso planeta têm mostrado aos economistas a falência da teoria baseada no livre mercado, e a necessidade de diminuir os custos econômicos e ambientais. Aqueles que, na União Européia, se preocupam com tais problemas se deparam com um conjunto difícil de tarefas de natureza política em primeiro lugar, apesar da natureza econômica dos problemas.

5. Imperialismo

O sistema mundial reproduz em escala ampliada as contradições centro-periferia imperialistas. Ele mantém os países envolvidos presos a uma posição e a uma função que causa e determina a evolução da produção doméstica e pára as exportações. Isso gera uma estrutura mundial que permite aos países desenvolvidos cumprir um papel dominante nos setores industrial, agrícola, financeiro, militar e tecnológico, o que pode ainda ser reforçado por meio dos fortes mercados de capitais que pesam contra a América Latina, a maioria da Ásia e, em geral, contra a periferia do império, os chamados terceiro e quarto mundo inteiros. Isso provoca fome, subdesenvolvimento, guerras de todos os tipos: econômicas, comerciais, financeiras e militares. Isso significa que milhões de vidas são perdidas todo ano.

Os processos de competição global sofreram forte aceleração com o impacto do euro nas relações internacionais e tiveram efei-

tos devastadores sobre o equilíbrio internacional. Estes processos estavam de fato baseados na liderança unipolar do superpoder dos Estados Unidos, apesar das ambigüidades e dos limites da União Européia desde sua concepção. A parte os conflitos de interesse, a Europa do euro é, de fato, uma escolha no interior da lógica de partição do imperialismo, dirigida pelos princípios da necessidade de ir além da globalização e da conectada fase imperialista unipolar, a fase do “superimperialismo” dos Estados Unidos que caracterizou a metade dos anos 1980 até o começo dos anos 1990.

Com todo o poder econômico e tecnológico que os Estados Unidos e os países ocidentais em geral demonstram, a principal contradição que pode ser encontrada é, sem dúvida, aquela que concerne às áreas onde a energia e as matérias primas são produzidas. Tais áreas são habitadas por populações pobres que vêem sua riqueza desaparecer nas mãos dos países ricos, que se apropriam sem titubear de todos os recursos energéticos dos quais estes países são dotados, e acabam determinando e controlando todos os momentos da vida social deles.

O crescimento econômico de alguns destes países se deve ao processo de acumulação e transformação tecnológica que criou um novo e forte modelo de dependência financeira e tecnológica dos dois principais pólos ocidentais. A reprodução em larga escala do aparato industrial, agroindustrial e agrícola modernos é baseada na importação de maquinaria, ferramentas e mercadorias e na mais completa dependência financeira. O alto nível das importações que é típico deste modelo de crescimento, o baixo dinamismo do setor exportador, as relações de troca desigual, os lucros remetidos a firmas estrangeiras e o estrangulamento imposto pela dívida são alguns dos elementos que têm originado, nas últimas décadas, um desequilíbrio macroeconômico.

A tendência contínua ao déficit comercial, compensada de forma cada vez mais freqüente pelo recurso da dívida externa, e a contínua recorrência ao capital financeiro estrangeiro e a controlada recuperação da economia explicam muito bem a dinâmica de

completa submissão política e econômica como única forma de alcançar o equilíbrio no balanço de pagamentos. Esta é a realidade da América Latina, Leste europeu, e de toda a periferia em um nível médio de desenvolvimento.

A liberalização das trocas, junto com a desregulação e o desmantelamento das regulações que protegiam os salários, têm possibilitado às corporações multinacionais, especialmente estadunidenses, explorar tanto as vantagens da livre circulação de bens como as grandes desigualdades entre os países, regiões e mesmo lugares situados no interior das próprias áreas econômicas e comerciais ocidentais. As políticas econômicas estão cada vez mais influenciadas pelas escolhas monetaristas e neoliberais, e deixam as causas profundas que estão na origem do desequilíbrio da estrutura produtiva intocadas, aprofundando os déficits comerciais.

Seguindo as indicações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, muitos governos dos países dependentes (estão nesta lista México, Brasil, Indonésia, Malásia, Rússia e Argentina) continuam implementando políticas que não são apenas conjunturais, mas possuem características progressivamente estruturais, com uma abertura comercial acelerada, privatização das empresas públicas, e desregulação econômica. Tais políticas econômicas têm como repercussões imediatas a redução dos salários reais, o crescimento do desemprego, desindustrialização sem investimentos reais e produtivos financiados pelo capital doméstico e, por isso, a elevação de sua dependência frente aos dois grandes blocos econômicos, os Estados Unidos e a União Européia.

Esta globalização neoliberal divide o Terceiro Mundo reduzindo rapidamente os direitos das classes subalternas, e bloqueia a luta de classes no Primeiro Mundo. Estamos vivenciando os mesmos velhos métodos do colonialismo e exatamente as mesmas formas sendo utilizadas pelo imperialismo no século XXI. Os 500 anos de globalização colonialista aberta foram sucedidos pela globalização imperialista do século XX, que no XXI está retornando para o que

podemos chamar de uma forma primitiva ou clássica. O segredo deste processo é a nova divisão do mundo ex-colonial e sua partição entre as potências imperialistas e os monopólios transnacionais. Esta nova divisão é a mesma velha divisão da África, Ásia e América, feita pelos Estados Unidos e Europa. A teoria do nascimento do imperialismo a partir do colonialismo foi e permanece básica para a concepção e a atividade real do antiimperialismo leninista. E isso é ainda mais verdade especialmente quando se argumenta que vivemos numa globalização acelerada, isto é a tentativa de solucionar o problema da crise no meio da presente fase neoliberal.

Hoje a chamada globalização neoliberal é identificada com competição interimperialista, que se apresenta como terreno específico do modo capitalista de produção: guerra, a divisão internacional do trabalho, isto é, a distribuição da cadeia produtiva em diferentes países, as filiais produtivas internacionais, isto é, os fluxos de troca, a economia de guerra, a financeirização da economia e a chamada interdependência dos diferentes países, que não é nada além de um novo modelo e processo de competição entre eles.

Mas a dominação mundial neoliberal é uma tentativa do capital de solucionar a crise de acumulação que está presente com força desde os anos 1970 e determina a estrutura e a dinâmica do presente modo com que o imperialismo se apresenta. Os países imperialistas devem responder cada vez mais aos processos do capital financeiro internacional, que mais do que nunca é a forma de mostrar as características mundiais do capitalismo com sua busca por sobrelucro.

A análise de Marx do modo capitalista de produção, com a explicação científica de exploração e crise, e a base teórica de Lênin concernente aos elementos característicos do imperialismo são completamente válidos e coerentes para nos ajudar a explicar a presente fase do desenvolvimento capitalista e dos conflitos inter-imperialísticos.

6. Conclusões

As primeiras evidências de estagnação da economia mundial que tiveram importantes repercussões se tornaram claras nos anos 1970. O fato de que a taxa de lucro tenha caído por causa de uma superprodução e uma competição irrestrita ajudou a criar uma batalha entre os vários pólos capitalistas existentes (Estados Unidos, Europa Ocidental, Japão/Ásia Oriental). A isso deve ser acrescentado o conflito entre os países do Sul e do Norte do mundo. A responsabilidade e o papel proeminente da União Européia não devem ser subestimados.

As grandes corporações começaram a perseguir novas estratégias para compensar a queda da taxa de lucro. Tais estratégias, além de usar cortes de salários, incluíam o aproveitamento das estruturas produtivas de outros países onde era possível produzir com custos mais baixos, tanto por causa da sua posição geográfica, quanto por causa dos baixos custos de trabalho. Filiais foram criadas em todo o mundo, seguindo a idéia de descentralização da atividade produtiva e concentração do controle. O que se busca é a flexível e competitiva “produção enxuta”. A mobilidade de capital, que se tornou mais viável com as novas tecnologias, reduziu muito os recursos destinados às atividades produtivas. Estas foram substituídas pelas atividades financeiras especulativas que induzem corridas bancárias, monetárias, divisão dos mercados. A elevação da competitividade é obtida através da concentração de salários com objetivo de permitir às firmas produzir com custos mais baixos.

Neste momento difícil uma nova política conservadora avançou em todos aqueles problemas que podem prejudicar os capitalistas: salários e estado de bem-estar. A idéia neoliberal que veio para dominar foi baseada na crença de que todos os países poderiam se desenvolver, até que um mundo em que todos os países estivessem num mesmo nível de desenvolvimento e riqueza pudesse ser alcançado. Mas isso não aconteceu: a contínua marginalização, a preca-

riedade das condições de vida e de trabalho, que alcançam mesmo aqueles que até poucos anos atrás se sentiam seguros quanto ao seu lugar na sociedade, estão criando contradições crescentes que podem causar confrontos entre setores inteiros da sociedade.

O ataque contínuo às garantias sociais é disfarçado por meio de uma celebração da instabilidade. Ela é apresentada como uma chance para o trabalhador ganhar novas habilidades e experiências através da normalização da instabilidade e flexibilidade no trabalho. Trabalhos permanentes são substituídos por trabalhos temporários, em nome da flexibilidade e competitividade.

O bem-estar (*welfare*) foi substituído por um novo tipo de intervenção pública: os gastos militares e a guerra (*warfare*) do keynesianismo militar. Os gastos públicos se elevam por causa dos crescentes custos das “guerras humanitárias”. Os Estados Unidos e a União Européia usam mais de 800 bilhões de dólares cada ano com gastos militares. Uma parte deste dinheiro seria suficiente para eliminar a fome e as epidemias do planeta.

As falhas das economias de mercado tornam necessário voltar à intervenção pública que pode agir como reguladora da crescente influência exercida pelas corporações multinacionais. Tal estado regulador deveria, se não puder eliminar, ao menos limitar tanto quanto possível a grande financeirização da economia, mesmo através da taxaço das rendas financeiras.

É necessário, assim, começar a desenvolver mobilizações sociais para impor aos países capitalistas, redistribuição de renda em favor da classe trabalhadora e dos desempregados, para proteger o meio ambiente e a saúde, desenvolver a educação, cessar as agressões de guerra e a expansão capitalista, redistribuir a riqueza em favor dos países do Terceiro Mundo, para reconectar o conceito de desenvolvimento ao de estado de bem-estar, com objetivo de alcançar um crescimento capaz de criar empregos estáveis e riqueza para ser redistribuída.

Neste sentido as políticas financeira e fiscal de cada país deveriam ter como meta a correção dos desequilíbrios da sociedade. Isso deveria acontecer também por meio de forte taxação de capitais, uma batalha contra a evasão de impostos, e um reequilíbrio das taxas impostas para a vantagem dos que possuem pouco e não para as firmas, como ocorre agora. Também a necessidade de substituir, ou ao menos integrar, a presente mensuração dos indicadores econômicos, isto é, o PIB que, como já foi dito, não é mais suficiente por que ele não leva em consideração parâmetros que medem o meio ambiente e a vida, saúde, educação, etc.

Em outras palavras, é necessário relançar fortes políticas públicas que possam criar emprego e reduzir a precariedade. Devemos investir em um capital humano que deve ser rico com uma cultura de solidariedade, com objetivo de permitir a recuperação dos empregos estáveis ao invés de trabalhos precários e instáveis. Também a pesquisa científica deve ser estimulada, e as tecnologias que permitem a reestruturação das firmas considerando os parâmetros ambientais e as necessidades sociais que têm sido negligenciadas até hoje.

É claro que dar voz às necessidades sociais e ambientais não deve ter efeitos negativos sobre salários, que já são suficientemente precários. Há razão para temer que as firmas, com objetivo de conformar a produção aos parâmetros ambientais sem afetar o lucro e os níveis de rentabilidade, cortem salários, causando mais problemas para os pobres. É indispensável cessar a busca selvagem pelo lucro através da definição de padrões mundiais mínimos concernentes a condições sociais, ao meio ambiente e ao trabalho, para serem seguidos por todos os governos:

Os desafios da globalização (desemprego, subemprego, mudanças na estrutura de trabalho, declínio do serviço público e outros) são questões sociais que vão além do trabalho. Aceitar o desafio significa ajudar o movimento dos trabalhadores a se tornar um movimento que promove o interesse de todos os trabalhadores, sejam organiza-

dos ou não. Os sindicatos devem estar aptos a se expandirem além das fábricas, para alcançarem outros tipos de comunidades, construindo alianças com organizações ambientalistas, locais, religiosas, de mulheres, de direitos humanos, de agricultores e de diversos outros tipos. (BRECHER e COSTELLO, 2001, p. 194).

A globalização neoliberal não é uma solução porque ela gera benefícios para as grandes firmas e não para as classes pobres. O crescimento da produtividade, dos aluguéis e da riqueza não deve ser endereçado apenas para a elevação de lucros, mas deve ser utilizado para manter o bem estar pessoal de muitos e não o de poucos indivíduos privilegiados.

É por isso necessário criar uma aliança para uma mobilização anticapitalista, entre as diversas forças sociais, uma aliança da “resistência globalizada” capaz de organizar os trabalhadores de todo o planeta para construir uma alternativa ao presente estado de coisas que garanta mais igualdade, mais justiça social, salários mínimos decentes, saúde, habitação e direitos sociais, econômicos e civis para todas as pessoas, direito à autodeterminação, e direito à independência econômica, social e política.

As conclusões gerais são que o desenvolvimento social e econômico tem sido caracterizado por uma dinâmica específica de formas de acumulação de capital, determinadas pelo processo de reestruturação e da colocação internacional do capitalismo nas áreas de competição global. Os aspectos territoriais e setoriais se tornaram ainda mais determinantes com a substituição de uma concentrada produção de massa para um flexível e difusa forma baseada na mobilidade, flexibilidade e precarização da força de trabalho, ou seja, do capital social. Somente desta forma o desenvolvimento das forças do trabalho e as mutações nas relações de força do capitalismo podem ser interpretadas corretamente. Também as evoluções contínuas na composição de classes com respeito a um

nível dado de desenvolvimento que altera a estrutura social do território, modificando as necessidades, podem assim ser explicadas.

Considerando também que na sociedade real pós-fordista as desigualdades sociais foram acentuadas em uma disputa de “cidadania” política, econômica e social, cresce a urgência de garantir o bem-estar social para as necessidades que pressionam, tais como saúde, pensão, direito dos imigrantes, garantia de renda social. Um contrato social é necessário para conectar a questão da mobilização contra os custos de vida, em favor dos serviços sociais livres, pelos direitos sociais, pelos direitos de todos, à mobilização pelo direito ao emprego. Também é necessária uma grande e nova onda de mobilizações, conflitos sociais e de trabalhos que una os sujeitos do trabalho, do não-trabalho, dos trabalhos negados, em uma grande mobilização de relevância estratégica para o novo movimento dos trabalhadores.

Referências bibliográficas

- ARRIOLA, Joaquín e VASAPOLLO, Luciano. *La Dolce Maschera dell'Europa*. Milão: Jaca Book, 2004.
- BELLO, Walden. *Deglobalizzazione: idee per una nuova economia mondiale*. Milão: Baldini Castoldi Dalai, 2004.
- BRECHER, Jeremy e COSTELLO, Tim. *Contro il capitale globale: strategie di resistenza*. Milão: Feltrinelli, 2001.
- CACCIARI, Paolo. “Pensare la Decrescita. Sostenibilità ed Equità”. Cantieri Carta/ Intra Moenia, 2006.
- Carta riv., Year 1, n. 4, november 2005.
- DI GIULIO, Enzo. “Un Pil a tonnellate Oltre il Pil”. *La Voce*, 24-02-2004. Disponível em: http://www.lavoce.info/news/view.php?cms_pk=927.
- LATOUCHE, Serge. *Come sopravvivere allo sviluppo*. Turim: Bollati Boringhieri, 2005.

NEBBIA, Giorgio. *Le merci e i valori: per una critica ecologica al capitalismo*.

Milão: Jaca Book, 2002.

PNUD. *Rapport Mondial sur le Developpement Humain*. Paris: Economica, 1992.

ZAOUAL, Hassan. "La fine dell'occidentalizzazione del mondo? Dall'Unico al Multiplo". AAVV. *Disfare lo sviluppo per rifare il mondo*. Milão: Jaca Book, 2005.